



INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDORES

JUROS DE MORA E CUSTAS DE EXECUÇÃO FISCAL

Da factura/recibo emitida mensalmente pelos SMA além das informações gerais, complementares de facturação e demais elementos, da mesma consta ainda a data limite de pagamento. Esta data limite de pagamento fixa o período durante o qual se pode proceder ao pagamento do valor total da factura, sem qualquer acréscimo cobrado a qualquer título, tratando-se pois de um pagamento voluntário (cuja definição é pagamento que é efectuado dentro do prazo estabelecido).

Se esta factura/recibo não for paga no prazo estabelecido, dá-se início a um processo de execução fiscal, que segue as regras da lei geral tributária, já no âmbito de uma cobrança coerciva.

De acordo com a lei geral tributária, findo o prazo de pagamento voluntário, começam-se a vencer juros de mora – art. 86 n.º1 do CPPT – é extraída a certidão da dívida e o consumidor é citado, através de carta, para proceder ao pagamento do valor em causa na factura não paga, acrescido dos juros de mora que são fixados com uma taxa de 1% ao mês se o pagamento se fizer dentro do mês de calendário em que se verificou a sujeição aos mesmos juros, aumentando uma unidade por cada mês de calendário ou fracção se o pagamento se fizer posteriormente, sendo esta a taxa dos juros de mora aplicáveis às dividas ao Estado e a outras Entidades Públicas nos termos do DL 73/99 de 16 de Março, expressa nomeadamente no seu artigo 3 n.º1 – e custas do processo executivo – custas que, nesta fase da citação, são as correspondentes ao custo de emissão da certidão de dívida e aos custos postais e dos serviços com a citação, valor fixado na tabela prática de custas estabelecida de harmonia com o

DL 29/98 de 22/02 e que para a cobrança de valores até 299,28€ estabelece um montante de 12,00€.

Se o pagamento da quantia em causa – e aqui estamos na fase de execução e pagamento coercivo – no prazo de 30 dias a contar da data do aviso/citação não for feito, o processo executivo continuará, levando, na fase seguinte, à penhora de bens. É pois condição necessária e bastante para obstar à prossecução da execução, o pagamento coercivo – porque já com acréscimos legais estabelecidos e fixados na lei – no prazo dado.

No entanto e apenas porque se trata de um serviço publico essencial – o fornecimento de água – é obrigatório dar cumprimento ao artigo 5 n.º 2 da Lei 23/96 de 26 de Julho com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei 12/2008 de 26 de Fevereiro – isto é, já existindo mora que justifique a suspensão do serviço, essa suspensão só poderá ocorrer após o utente ter sido advertido, por escrito, com a antecedência mínima de 10 dias relativamente à data em que venha a ter lugar a suspensão.

O prazo de pagamento dado nesse aviso de suspensão de fornecimento de água é um prazo no âmbito de um pagamento coercivo – é o próprio artigo 5 n.º 2 já invocado que prevê que esta advertência escrita se faça em caso de mora do utente que justifique a suspensão do serviço, por não ter pago a factura/recibo até à data limite nela constante – o qual tem de ser acrescido dos encargos legais – juros e outros. Pois se há mora há juros de mora e encargos. Essa notificação ao munícipe é feita por imposição legal da lei de protecção ao utente dos serviços públicos essenciais e o prazo de pagamento nela constante serve para, se não for cumprido, poder suspender-se o serviço.

Em conclusão,

- a data limite de pagamento constante das facturas/recibo emitidas pelos SMA estabelece um prazo de pagamento voluntário o qual, como já vimos, corresponde ao pagamento do valor total da factura sem qualquer acréscimo cobrado a qualquer título;

- findo esse prazo, inicia-se um processo de execução fiscal, o qual começa com a citação do munícipe para pagamento no prazo de 30 dias. É um pagamento coercivo, contabilizado com juros e custas da execução e que se for feito, obstará a que o processo executivo prossiga e conduza á penhora de bens;

- o aviso relativo à suspensão de fornecimento de água é uma formalidade paralela ao processo executivo justificada pela obrigação legal de protecção ao utente de um serviço publico, que permitirá o corte do fornecimento se o pagamento coercivo com os acréscimos legais (porque resultante da mora) não for feito no prazo dado.

Informa-se ainda, que regra geral, os SMA fazem coincidir (por iniciativa própria e não por qualquer imposição legal) a data limite estipulada no aviso de suspensão de fornecimento de água com a extracção da certidão de dívida.

Os SMA no mês de Agosto, como foi amplamente divulgado, passaram a remeter as facturas de água através dos CTT.

Os SMA ao verificarem que foram devolvidas inúmeras cartas de facturas de água, principalmente por moradas incompletas, e da zona norte do Concelho, entenderam enviar mais tarde (cerca de 10 dias), os avisos de suspensão de fornecimento de água, de modo a conceder um período suplementar, porque se tratava também, do primeiro mês desta nova modalidade de leitura/facturação e cobrança, aos consumidores para regularizarem as suas facturas.

Este facto levou, a que a extracção de dívida, ocorresse primeiro do que a data limite que constava no aviso de suspensão de fornecimento de água, facto esse perfeitamente legal, como acima já referido, o que originou que alguns consumidores pagassem as referidas custas de execução fiscal, antes de expirado o prazo limite constante do aviso de suspensão de fornecimento de água.

Pelo exposto, e atendendo:

1. A que, habitualmente, o prazo limite que consta no aviso de suspensão de fornecimento de água, coincide com a data da extracção de dívida, data essa, interiorizada pelos consumidores de água ao longo dos anos;
2. À alteração ocorrida no processo de leitura/facturação e cobrança, acima indicada, a partir de Agosto;

O Serviço de Execuções Fiscais do Município de Abrantes decidiu devolver, numa próxima factura de água, o valor cobrado de custas de execuções fiscais, aos consumidores, e só a esses, que **pagaram as suas facturas antes do prazo limite estipulado no aviso de suspensão de fornecimento de água.**

Para terminar, solicita-se a todos os consumidores o pagamento da facturação de água dentro do prazo limite indicado nas facturas, de forma a evitar o pagamento dos encargos acima mencionados.

Abrantes, 10 de Outubro de 2008

O Serviço de Execuções Fiscais